

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO GOVERNO
REGIONAL NO ENCERRAMENTO DOS DEBATES
PARLAMENTARES DAS PROPOSTAS DE PLANO
REGIONAL ANUAL E ORÇAMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2006

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Açorianos

O debate parlamentar sobre as propostas de Plano Anual Regional e de Orçamento para 2006, que tenho agora a oportunidade de encerrar, demonstrou, felizmente e uma vez mais, que as tarefas necessárias à consolidação conceptual da via açoriana para o desenvolvimento carecem de um continuado esforço de concretização e de renovação. Digo felizmente porque o pior que podia acontecer às instituições políticas regionais seria repousarem perante a evolução positiva, nos planos económico e social, destes últimos anos, acomodando-se à ideia de que basta prosseguir sem correr riscos de reponderar, de corrigir e de inovar.

Foi essa – e tem que continuar a ser essa! – a atitude do Governo e do Grupo Parlamentar que o apoia, satisfeitos pelos sucessos conseguidos, mas inconformados perante os muitos problemas ainda não resolvidos. É essa a primeira mensagem que quero deixar aqui aos Açorianos. Percebemos, há muito, que a nossa missão não é a de nos elogiarmos, mas, infelizmente a nossa oposição partidária há muito que não percebe que a sua função não é apenas a de nos criticar. A imagem do quotidiano político na nossa Região, na sua representação parlamentar, acaba por ser a de um Governo e de uma maioria reformistas que querem falar dos Açores perante uma oposição que só quer falar do Governo.

Falemos, pois, sobre os Açores e sobre o que interessa aos Açorianos.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

É certo que o orçamento e o plano de investimentos da Região para o próximo ano, representam, nas suas previsões e programação essenciais, uma orientação de continuidade face ao Programa de Governo sufragado maioritariamente pelo Açorianos há um ano e às Orientações a Médio Prazo aprovada há apenas

sete meses neste Parlamento. Dificilmente – para não dizer, incompreensivelmente – poderia acontecer o contrário. Na verdade, face ao tempo decorrido, cabe ao Governo concretizar o que já projectou e iniciou, e cabe ao Governo honrar os compromissos assumidos perante os Açorianos. Essa continuidade não se confunde com inércia, mas, ao invés, com uma prática governativa evolutiva associada a uma pré-sinalização do seu percurso, enformada pelos princípios da previsibilidade e da estabilidade que referenciam nas sociedades em desenvolvimento a confiança e a segurança dos beneficiários dessa políticas e dos agentes económicos e sociais activos.

Salienta-se que os que a nós se referem como um Governo de políticas de continuidade o fazem em tom depreciativo, mas quando o Governo evidencia arrojo logo nos acusam de irrealismo e de irresponsabilidade.

No ano que agora finda colocava-se em causa, como sempre, a fidedignidade da projecção que fizemos das nossas receitas, a nossa capacidade de cumprimento do limite reduzido de crescimento que impusemos às nossas despesas correntes orçamentadas e a de possuímos os meios para o investimento público programado.

Ora, falemos então do que efectivamente se passou.

De acordo com os dados disponibilizados, já no início destes debates, garantimos que a execução financeira do plano de investimento para o corrente ano, até este mês, assegura desde já o maior esforço de investimento executado na Região desde o início da Autonomia. Existirão, naturalmente, falhas na execução material em algum projecto ou acção, como em toda a parte acontece, mas a par dos casos em que nos atrasámos, por boas ou más razões, aconteceram também, aqueles em que nos adiantámos. A Região investiu, assim, mais uma vez, em crescendo.

No final deste mês de Novembro, após o processamento dos vencimentos do mês e dos subsídios de Natal, é já possível ter uma projecção muito aproximada das despesas de pessoal em 2005, e, na globalidade, de todas as despesas de funcionamento. Assim, posso anunciar que conseguiremos este ano uma poupança de cerca de treze milhões de euros em relação ao valor que tínhamos projectado no Orçamento só em despesas correntes. Isto é, não só cumprimos os objectivos inicialmente definidos para 2005, em termos de rigor e contenção, como os ultrapassaremos, obtendo importantes reduções nas despesas com pessoal, com a aquisição de bens e serviços correntes e com os encargos da dívida pública. Ou seja, o Governo fez melhor do que o melhor que se tinha comprometido.

O mesmo se pode dizer no que toca às previsões das nossas receitas fiscais. No que diz respeito aos impostos sobre o rendimento, cuja arrecadação constitui um indicador social e económico de referência, posso anunciar, hoje, que os resultados da cobrança em sede de IRS serão superiores aos orçamentados, em dois milhões e sessenta e cinco mil euros e, no caso do IRC, superiores em mais de oito milhões de euros. São montantes reais, objectivos e recebidos, e é sobre eles, aliás, que nas previsões para o próximo ano aplicamos uma taxa de crescimento decalcada da apresentada no Orçamento de Estado aprovado na generalidade, há duas semanas, na Assembleia da República. Ou seja, o Governo estimou com prudência as suas receitas, e estas, ao invés do que outros previam, excederam as nossas próprias expectativas.

Em síntese, o Governo pode dizer neste momento aos Açorianos que, ao contrário do que a oposição pensava, o Governo previu e previu bem, que poupou e o fez significativamente, que afectou recursos e os tinha realmente.

A mensagem que podemos transmitir, suportada na realidade, é que, os Açorianos, mais uma vez, podem confiar na credibilidade do que propomos e na concretização do que planeamos, na seriedade com que anunciamos e no empenho que depositamos na missão de cumprir.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

É com esse enquadramento que apresentámos, discutimos e vamos aprovar o Orçamento e o Plano de Investimentos para o próximo ano.

Reafirmo como orientação principal da política orçamental a manutenção do equilíbrio das finanças públicas, para o que devem concorrer reformas, a subtracção das despesas evitáveis e improdutivas, a angariação de novas receitas que não afectem os direitos dos cidadãos, a contenção das despesas de funcionamento, a modernização da administração pública, a boa orientação do investimento e o controlo financeiro continuado dos fundos e serviços autónomos, das sociedades empresariais com capitais públicos e dos investimentos com encargos de amortização de custos a médio e a longo prazo. Se as nossas finanças públicas não constituem, para já, motivo de preocupação, o Governo não deixará de agir com o sentido, exigível nos bons como nos maus momentos, de rigor e de precaução, garantindo horizontes sucessivos de tranquilidade. Se é verdade que não somos uma Região que possua todos os meios financeiros necessários para o muito que há a fazer, continuaremos, porém, a

não gastar mais do que temos e a procurar ter mais com o que podemos gastar.

Podem, desse modo, os Açorianos contar com uma política financeira sustentada, que acautelará sempre roturas e evitará inversões de marcha que resultariam de um descontrolo semelhante ao que se passou a nível nacional, com as mesmas ou maiores consequências nefastas na Região. Os Açores permanecerão como um bom exemplo de boa gestão no País.

Relevo, a propósito, um dos objectivos da presente Legislatura e que tem a ver com a concretização inadiável de reformas no âmbito da modernização, agilização e delimitação funcional da administração pública.

Quero anunciar, nessa área, a implementação em toda administração regional, até ao final do primeiro semestre de 2006, da gestão electrónica da correspondência e documentação. Com esse ganho procedimental tornaremos mais rápidos os actos administrativos, mais eficazes o acompanhamento dos processos e a avaliação das produtividades, promoveremos a racionalização dos recursos e serviremos melhor os cidadãos.

Está já em curso, como é do conhecimento geral, um esforço intenso para a expansão e melhoria de competências da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, capacitando-a para uma resposta cada vez mais dotada face às necessidades dos utentes da

administração. Também até ao final do primeiro semestre do próximo ano, instalaremos Postos de Atendimento ao Cidadão em todos Concelhos dos Açores, logrando, por essa via, mais um instrumento eficaz de acréscimo de acessibilidade.

Este mês, por outro lado, concluída uma indagação rigorosa, passámos a dispor de um Ficheiro Central de Pessoal da Administração Regional permanentemente actualizado, que permitirá, ao contrário do que acontecia, obter em tempo real toda a informação sobre os recursos humanos afectos à administração, facultando uma base adequada para a avaliação e a gestão de pessoal.

Também em breve o Governo irá iniciar a execução de um Plano Regional para a Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos, o qual, envolvendo a formação dos funcionários e agentes, estabelecerá padrões de prestação de serviços e mecanismos de avaliação periódica.

No âmbito da delimitação de funções da administração pública e de abertura de novas oportunidades ao sector privado, foram emitidas orientações – já reflectidas, aliás, em algumas revisões orgânicas de departamentos governamentais – no sentido de uma maior contratação de serviços e de equipas de projectos, de uma estruturação dos quadros de pessoal propiciadora de uma maior mobilidade e da extinção de lugares à medida que vagarem,

mediante a comprovação da sua dispensabilidade. Tudo isso, sem quaisquer despedimentos, e muito em consequência disso, com o aumento do potencial de formação de novas empresas e da criação de novos empregos.

A partir do primeiro trimestre deste ano, mediante a aprovação do diploma que o Governo submeterá a esta Assembleia, pela primeira vez, desde a formação da administração regional autónoma, vamos passar a dispor de um instrumento jurídico respeitante ao Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico Regional, estabelecendo normas relativas aos princípios que o devem enformar, tabelas de selecção e de comunicação e conservação de documentos, instituindo-se um órgão de gestão regional dos arquivos e criando-se comissões de avaliação a nível departamental tendo em conta as massas documentais acumuladas desde 1976. A racionalização do ciclo de vida dos documentos assegurará uma gestão efectiva dos recursos informativos, gerando o aumento da eficácia administrativa e garantindo a preservação da memória colectiva da Região.

Quero salientar, por fim, e entre outros aspectos a desenvolver no âmbito da reestruturação e modernização da administração pública, a introdução do Cartão Único do Cidadão, que permitirá, como já foi anunciado a nível nacional, englobar

num único documento todos os elementos de identificação de um cidadão – desde o actual Bilhete de Identidade, à sua identificação de contribuinte fiscal, de eleitor ou de utente dos sistemas de saúde e de segurança social– acabar com o preenchimento manual de uma série de formulários e potenciar a assinatura digital de documentos.

Posso, nesta ocasião, anunciar que, por proposta do Governo Regional, os Açores foram seleccionados como a região-piloto para a introdução dessa reforma, ganhando, dessa forma, o estatuto de região pioneira na aplicação desse novo conceito de relação entre o cidadão e a administração.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

O Plano de Investimentos para 2006, na perspectiva integrada da sua multiplicidade de programas, de projectos e de acções, assenta na concretização dominante de objectivos estruturantes, dos quais destaco a melhoria dos níveis de qualificação do tecido social e económico e o reforço da coesão territorial.

Sabemos, e por isso investimos mais na Educação, que o sucesso educativo, a melhoria do grau académico médio na

Região e a especialização profissional são cada vez mais necessários à sustentabilidade da Região e ao aumento da empregabilidade.

Sabemos que o apoio às instituições de investigação científica, a projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento regional, à formação avançada em áreas de interesse prioritário, ao incremento do número de investigadores de mérito e à sua fixação nos Açores, à divulgação da cultura científica, às parcerias entre as instituições de investigação e desenvolvimento e as empresas locais, bem como o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, é essencial como movimento de suporte para a capacitação e a competitividade regionais. Por isso, investimos mais.

Sabemos que o apoio à criação, à fruição e ao associativismo culturais, nas suas matrizes universalista e identitária, constitui uma alavanca para a iniciativa local e para a mundividência tal como a vivificação do nosso património histórico-cultural, material e imaterial, pode tipificar a nossa integração regional no mundo global. Por isso, voltamos a investir mais na Cultura.

Sabemos como as actividades agrícolas e piscatórias representam um esforço produtivo relevante e sectores estruturantes da vivência e do desenvolvimento rurais, e que não é

possível conceber os Açores sem considerar o papel desses sectores e do seu contributo para a transformação e para a dinamização das exportações. É também por isso, que ano após ano, e para o ano de novo, investimos mais nessas áreas.

Sabemos como é importante diversificar a base económica e já sentimos os efeitos multiplicadores do crescimento do destino turístico Açores. É assim que queremos e vamos investir mais na promoção, na qualidade e no apoio às acções empresariais directa e indirectamente implicadas.

Sabemos como o mercado regional e a sua relação com os mercados externos dependem das vias e dos meios de transporte, e da rapidez, qualidade e diminuição dos custos e dos obstáculos que ainda representam. O investimento é, pois, reforçado e criteriosamente seleccionado.

Sabemos como as ilhas mais pequenas e menos populosas carecem de condições de fixação e de janelas de oportunidades. Por isso, investimos mais, desenvolvendo incentivos especiais e programando infraestruturas que aumentem o seu potencial ocupacional e produtivo.

Sabemos o valor que representa para a integração e coesão sociais a rede de prestação de serviços e de solidariedade que temos nos Açores. Queremos, pois, melhorar a sua qualidade e

diversidade, mobilizar a iniciativa empresarial privada para os mesmos fins, e, num aspecto confinante, investir mais na recuperação e adequação aos agregados familiares das habitações degradadas onde vivam.

Sabemos como é complexa e onerosa a prestação de cuidados de saúde face à nossa descontinuidade territorial. Por isso, vamos investir mais, vamos obter receitas e vamos continuar a introduzir factores e metodologias para a melhoria da sua gestão, da sua qualidade e da sua avaliação.

Sabemos que emergem preocupações justificadas no ambiente em geral, como no abastecimento energético. Iremos investir mais na gestão territorial e na promoção e valorização da qualidade ambiental e conservação dos recursos, e também, com mais vigor, no programa de desenvolvimento da produção de energias alternativas.

Conhecemos o valor da nossa qualidade de região oceânica e de plataforma geo-estratégica com várias finalidades. Temos que salientar ainda mais os nossos direitos e tirar maior proveito das nossas potencialidades.

Já somos região de imigração, mas estamos espalhados por todos os continentes. Temos que continuar a apoiar todos os nossos concidadãos.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Açorianas e Açorianos

Desejo muito – e tudo farei para isso – que tenhamos mais um ano de bom governo, realizando obra e concretizando teimosamente todas essas prioridades.

Sei que, como há dias salientei, a seguir a cada problema resolvido haverá sempre outro problema por resolver. Sei que, de forma constante surgem novos desafios que requerem a nossa competência, o nosso bom juízo, a nossa capacidade de ouvir, de sentir e de dialogar, e renovadas energias. Estamos aqui para isso e por causa disso.

No ano em que vamos comemorar o 30º aniversário da consagração da nossa Autonomia na Constituição da República Portuguesa, tudo faremos para que os Açorianos sintam, intensamente, como é valioso e vantajoso o direito adquirido de administração dos Açores pelos próprios Açorianos.

Muito obrigado.